



Anais da Assembleia

Nº 126

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1990.

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 91.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1990
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Valderi Mendes Vilela.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Artagnão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Geremote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (38). Achan-do-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, David Cheriegate, Ferrari Júnior, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira e Rafael Greca (16).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

20 Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Aprovada a Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Servimo-nos do presente, para proceder à indicação dos Membros da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, participantes da Comissão Permanente de Fiscalização desta Assembléia Legislativa:

Dirceu Manfrinato (Titular)

Renato Adur (Titular)

Nilton Barbosa (Suplente)

Djalma de Almeida César (Suplente)

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 458/90.

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 2420

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora RUTH YELYTA FORTE, ocorrido no dia 18.10.90.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vítima de pertinaz enfermidade, adormeceu no Senhor no dia 18 de outubro de 1990, a Senhora RUTH YELYTA FORTE, que deixou viúvo o Senhor Domingos Forte, 02 filhos e 04 netos.

O passamento de Dona Ruth veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos, entre os quais a família deste Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de Sua serva.

O céu será grande e a paz sobre Dona Ruth e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus me ensinou a falar com alguém que aprende Dele, para que eu saiba dar uma palavra de conforto a pessoa abatida. Senhor, abençoei a família Forte para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor, e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a Sua graça. Guardará a Sua serva, Dona Ruth, sob a Sua constante proteção, para que renovados pelos sacramentos pascais, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com Vossa luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família Forte, endereçando à ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

Projeto de Resolução:**PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 113/90**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do município de TAMARANA, desmembrado do município de Londrina.

Divisas: Começa no Rio Tibagi, na foz com o Rio Taquara, seguindo por este até encontrar o Ribeirão Clementino na divisa

intermunicipal entre Londrina e Marilândia do Sul, seguindo por esta mesma divisa intermunicipal até encontrar o Rio do Meio, pelo mesmo Rio do Meio segue acompanhando a divisa intermunicipal entre Londrina e Ortigueira, seguindo pelo Rio Apucarana até encontrar o Rio Tibagi na divisa intermunicipal entre Londrina e São Jerônimo da Serra, seguindo pelo Rio Tibagi acompanhando a divisa intermunicipal entre Londrina e São Jerônimo da Serra até encontrar a foz do Rio Taquara, ponto de partida.

A sede do município fica com as seguintes divisas e confrontações:

Começa no Rio Tibagi na foz com o Rio Taquara, subindo por este até encontrar a PR-445, seguindo pela PR-445 até encontrar o Rio Prata; segue pelo Rio Prata até encontrar o Rio Apucarantina, pelo Rio Apucarantina segue até encontrar o Rio Tibagi, pelo mesmo segue até encontrar a foz do Rio Taquara, ponto de partida.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 114/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no município de Corbélia, para que a população decida sobre a criação do município de IGUATU.

"O Município, tem como ponto inicial e final a foz do Rio Novais no Rio Piquiri. Do ponto inicial sobe pelo Rio Novais até a foz do Córrego Taquarussu, sobe por este até a sua nascente, da sua nascente em linha reta e seca no sentido da mesma até a Estrada Iguatu-Braganey, por esta até a Estrada Corbélia-Iguatu, por esta até a ponte sobre o Rio Rebouças ou Sapucaí, desce por este até a sua foz no Rio Piquiri, subindo por este até a foz do Rio Novais, ponto inicial.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário..

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI N° 534/90**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de

Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. MIGUEL NASSER FILHO.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a homenagem na qual pretendemos seja concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. MIGUEL NASSER FILHO, a quem mantemos profundo respeito e admiração, obedece aos anseios de todos os segmentos da sociedade paranaense, motivo porque apresentamos à consideração desta augusta Casa de Leis, o anexo "Curriculum Vitae".

PROJETO DE LEI N° 535/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a TENDA DE UMBANDA PAI BENEDITO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

É uma satisfação para nós, na tarde de hoje, constatar a presença dos Senhores Prefeitos dos mais distantes rincões deste Estado, que com as suas presenças neste Legislativo só engrandecem este Poder e queremos nós acreditar que na tarde de hoje, haveremos de responder afirmativamente, não só aos Prefeitos que aqui estão, mas também a todos aqueles eleitores do Paraná e do Brasil, que de uma forma bastante direta compareceu às urnas e, ao protestar com o voto nulo e o voto branco, nos remeteram uma mensagem do seu descontentamento. Não só conosco, evidentemente, os Deputados, mas o seu descontentamento com toda esta situação que paira em nosso País, seja na vida política, na vida das demais entidades e organizações.

Eu digo que não é só na política, porque como médico veterinário, até há bem poucos dias atrás, nós presidíamos o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná e também neste segmento, a exemplo do que sentimos estar acontecendo na Ordem dos Advogados, na Associação dos Médicos, na Associação dos Engenheiros Agrônomos, em todos os segmentos organizados, existe um esfacelamento das suas estruturas e um

descontentamento generalizado com aqueles que as dirigem, e não poderia ser diferente e o povo mandou esse recado direto a nós, seja na ausência, seja na presença do voto branco e do voto nulo, e nós gostaríamos que esta ausência que aconteceu de votos, fosse por nós agora marcada com a nossa presença neste Parlamento e com uma resposta afirmativa aos Senhores Prefeitos e aos municípios do Paraná que carecem de um comportamento nosso a favor desta mensagem de suplementação, para que possam realmente bem conduzir os destinos dos seus municípios.

Mas, se isto preocupa aos municípios do Paraná, um outro assunto, sem sombra de dúvidas, preocupa tanto ou mais ainda a nós, como Parlamentar integrante do Bloco Agropecuário.

A todos nós paranaenses, tendo em vista a vocação agropecuária que reside em nosso Estado, todos nós sabemos, Senhores Prefeitos, Senhores Deputados, até mesmo as crianças que estão aqui a nos visitar, que no Brasil hoje paira uma grande incerteza quanto aos destinos da nossa agricultura e da nossa pecuária, e o Paraná mais do que ninguém sofre violentamente com a falta de uma definição dos recursos inicialmente para custeio da safra de inverno e sofre muito mais agora, com a falta de recursos para o custeio da safra de verão que já está sendo plantada.

Neste sentido iremos desenvolver contatos, na condição de Presidente do Bloco Agropecuário, com a Secretaria da Agricultura, com a FAEP, com a OCEPAR, com a FE-TAEP, com a UPAC - União Paranaense de Associação de Criadores, para sabermos quais as medidas, quais as providências que deveremos tomar no sentido de, quem sabe até, promovermos uma nova marcha do campo a Brasília, para que os reclamos dos nossos agricultores, dos nossos pecuaristas possam ser mais uma vez ouvidos e os problemas solucionados.

Obrigado, Senhor Presidente.

Obrigado, Senhores Deputados e todos juntos vamos dar uma resposta afirmativa hoje ao Paraná, aos nossos Prefeitos e à nossa gente que espera de nós um comportamento de trabalho, um comportamento positivo para o Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Dirceu Manfrinato com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Prefeitos, Vereadores, digníssimos professores, alunos aqui presente hoje nesta Casa de Leis.

Senhor Presidente, a nossa presença

aqui nesta tribuna, sem dúvida nenhuma é fazer um apelo a este Parlamento e em especial a Vossa Excelência, meu caro Presidente, do episódio e o drama que vivem hoje os Prefeitos do Paraná. Hoje o Estado do Paraná passa por dificuldades em consequência da situação que vivemos a nível de Governo Federal. Governo Federal que através dos meios de comunicação prometeu ao povo brasileiro que faria um Brasil novo. Nós já estamos a caminho de quase oito meses da administração do Governo Federal e o que vemos até o presente momento é uma farsa com relação à inflação que vivemos no País. Quando se fala que não existe inflação neste País, isto não é verdade. Aqui não se cumpre a lei. Não se faz justiça porque através da Constituição Federal nós tivemos aprovado pelos Deputados Federais o cumprimento e a determinação de que os juros bancários não poderiam ultrapassar de 12% e hoje já nós estamos vivendo na casa de 45% dos juros bancários, descumprindo a Constituição Federal. Em razão destas consequências é que faço um apelo aos Senhores Deputados, sem distinção partidária, porque nós sabemos o que estão vivendo, o drama dos Prefeitos paranaenses em razão do pedido de suplementação do Governador Álvaro Dias. Nós sabemos, meu caro Presidente Anibal Khury, que existe entre Vossa Excelência e o candidato do PMDB, Roberto Requião, um certo estremecimento político. Mas, faço um apelo a Vossa Excelência porque há do Governador Álvaro Dias grande respeito por Vossa Excelência, como Presidente desta Casa. Nós não podemos misturar uma questão de Vossa Excelência e Roberto Requião com o Governador Álvaro Dias. Vossa Excelência terá muito tempo pela frente nesta Casa, reeleito que já está durante mais quatro anos, Vossa Excelência terá quatro anos pela frente a criticar ou a corrigir até, aqui, o futuro Governador Roberto Requião.

E é por isso que faço um apelo para que nós votemos esta matéria de extrema importância aos Prefeitos e não só aos Prefeitos, mas aos Professores que não recebem nos convênios, a saúde que não tem como passar mais recursos porque não existe dinheiro, a Secretaria da Segurança que já não tem mais condições de abastecer os veículos do Estado do Paraná. E nós não podemos, meu caro Presidente, Senhores Deputados, sermos responsabilizados, uma vez que se nós demorarmos mais do que já está demorando para liberar esses recursos aos Prefeitos, eles serão corroídos pela sua grande totalidade pela inflação que vivemos. É este apelo que eu faço: vamos atender às necessidades da população dos municípios e atender ao chamamento dos Prefeitos, porque quando os Deputados precisam de votos, eles procuram os Prefeitos, os

Vereadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Algaci Túlio com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Democraticamente ocupo a tribuna deste Poder para, inicialmente, saudar os Senhores Prefeitos que aqui estão neste momento, que vieram ver parte do funcionamento de uma Casa, de uma Casa importante, de uma Casa que merece o respeito, porque aqui estão os homens honrados e que procuram trabalhar e ajudar o Governo do Estado dentro das suas convicções políticas, a administrar este Paraná. Saúdo as crianças que, espero, não estejam sendo usadas nesta tarde para tentar convencer este ou aquele Deputado a votar a favor da suplementação de verbas. Mas, venho à tribuna para dizer aos Senhores Prefeitos do interior do Estado do Paraná, que também estão no Estatuto da Criança, de que não pode haver discriminação de quem quer que seja, muito menos um governante.

Ocupo a tribuna neste momento, também na condição de vice-Prefeito de uma das três melhores capitais do mundo para se viver, e dizer que lamentavelmente o Governo que aí está, discrimina Curitiba, Curitiba que os recebe, Curitiba que recebe os doentes de suas cidades, Curitiba que recebe aqueles expulsos do campo, porque máquina ocupou o lugar deles e que vêm inchar a capital do Estado. Esta cidade é a cidade discriminada pelo Governo, que não repassa o que é de direito de Curitiba, que sonega, que seqüesta o imposto, o ICMS da Cidade Industrial, para que a Prefeitura de Curitiba possa viabilizar as suas obras, fazer mais creches para muitas crianças iguais a essas que estão aqui, para fazer mais postos de saúde, para atender a saúde do povo paranaense. Repito, na condição de vice-Prefeito e com conhecimento de causa: um mês antes da posse do Prefeito Jaime Lerner, o Senhor Governador do Estado deixou de repassar o ICMS da Cidade Industrial para a Prefeitura Municipal de Curitiba e em todos os outros governos, independente de posição política de quem fosse o Prefeito, nunca se fez isso no Estado do Paraná e agora se faz. Pergunto aos Senhores Prefeitos: essa mesma discriminação que sofre hoje o Prefeito Jaime Lerner, não o Prefeito, mas quem sofre é a cidade de Curitiba, não sofreram muitos dos Senhores, quando Prefeitos eleitos por outros partidos? Será que isso não aconteceu com muitos Senhores que hoje estão aqui, pedindo aos Deputados a aprovação dessa Mensagem do Governador? Será que muitos dos Senhores não tiveram

que violentar a consciência e mudar de partido para poder receber a verba na sua cidade? Será que isso não é discriminação, Senhores Prefeitos? Nós temos um carinho todo especial a cada uma das cidades aqui representadas pelos Senhores Prefeitos, mas temos um carinho também especial pela nossa cidade, na qual fui eleito, juntamente com Jaime Lerner, na condição de vice-Prefeito.

Peço essa reflexão aos Senhores Prefeitos que discriminaram muitos Deputados com assento nesta Casa, valorosos Deputados que, lamentavelmente, não voltarão aqui no ano que vem e que defenderam as suas cidades, enfrentando o rolo compressor do partido do Governo, lamentavelmente, em função do monopólio da imprensa na mão do poder, os Senhores, nas suas cidades, também não ficaram sabendo disto. E estes valorosos companheiros não retornarão aqui o ano que vem para fazer oposição, para fazer este tipo de cobrança que estou fazendo agora aqui e que os Senhores lá não sabem disso. Nós cobramos, a oposição cobra. Nós da oposição, que somos mal vistos pelo Poder, que somos mal vistos pelos Prefeitos em época de campanha política, que escolhem geralmente um Deputado que é do partido do Governo atual, que nem sequer espaço às vezes temos em palanques quando lá se inauguram obras, que foram votadas com os votos dos Deputados de oposição nesta Casa; porque senão, Senhores Prefeitos, se dependesse apenas da bancada governista, quem sabe nem a metade do que têm os municípios hoje, os Senhores teriam, porque esta oposição que senta daquele lado é que dá condições de votação nesta Casa.

Senhor Presidente, quero deixar aqui o protesto. No momento em que a classe política, e que nós, Parlamentares, somos discriminados, em que nós, Parlamentares, às vezes não temos nem a porta aberta de um Prefeito do interior - só quando se anuncia que é de oposição, é difícil até de sermos recebidos, que dirá receber no gabinete! Fica aqui este protesto contra esta discriminação. A discriminação do Poder com a Capital do Estado do Paraná. Ontem, festa no Palácio Iguaçu para assinaturas de convênios de PEDU. Hoje, aqui na Assembléia, esperando esta aprovação da suplementação. Com toda esta discriminação que existe em cima da Capital do Estado do Paraná e que existiu com muitos dos Senhores que aí estão. Os Senhores são testemunhas disso. Há um Governo com discriminação. Isto não pode existir. Por isto existe a oposição nesta Casa, para cobrar em nome dos Senhores que, às vezes, nem sabem do papel importante que exerce a oposição aqui neste Plenário.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra a presença do jornalista Pasquale Matafora Stampa Sera, da Associação de Correspondentes Estrangeiros do Brasil, neste plenário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Estamos diante de uma votação, dentro de alguns instantes, em que a maioria dos municípios do Paraná está aguardando esta definição, porque se fez conhecer por toda a imprensa, e por todo este Estado, de que nesta Casa de Leis, o projeto de suplementação estava emperrado, estava aqui para ser examinado e não saía porque não havia, justificando a opinião pública de que os Deputados, a Assembléia Legislativa deste Estado estava omissa, estava indiferente quanto às necessidades dos municípios.

Queremos estar junto com os Prefeitos, com os homens que administram todos os municípios; efetivamente a união de todos os municípios é que forma o Estado, são as pessoas que tratam diretamente com a população, que tratam diretamente com os problemas do povo. Nós os respeitamos muito. Isto fazemos em nosso mandato desde que aqui chegamos, respeitando inclusive o Executivo de cada município. Este respeito às vezes não é recíproco. Não existe recíproca nesse sentido, porque já fomos enxovalhados em algumas ocasiões, caluniados, desrespeitados, como se fôssemos inimigos do município. Não é verdade! É preciso, Senhores Prefeitos, que consideremos cada um dos Senhores Parlamentares, fazer uma consideração deste Poder Legislativo. Este Poder Legislativo não pode ser levado como vem sendo levado pela imprensa, principalmente pela campanha nacional que fez o Senhor Collor de Mello contra os Parlamentares chamando-os de marajás. Tem razão em parte. Mas, temos que ver que existem Parlamentares sérios, existem Parlamentares sérios nesta Casa, que trabalham.

Senhores Deputados, Senhores Prefeitos, estou à vontade para votar matérias de importância que deverão com rapidez chegar às suas cidades, às suas comunidades que se façam, que se consigam apagar a se fazer a sua administração andar. E é preciso se ter um outro conceito deste Parlamento. Vejo nos jornais - ainda esta semana - "Prefeito critica o Presidente do Poder Legislativo por mobilizar o Estado". Isto não é verdade. As mensagens que aqui chegaram foram para a Mesa e foram para o gabinete do Senhor Relator na sexta-feira; hoje é quarta-feira, apenas quatro dias para estudar e dar um parecer para matérias que versam altas quantias financeiras

ras. Existe por um lado, a responsabilidade Parlamentar; e existe, por outro lado, a responsabilidade desta Casa Legislativa. Acima de tudo, a responsabilidade, a seriedade da Presidência que comanda esta Casa.

Eu quero protestar, Senhores Prefeitos, contra a posição do Senhor Prefeito de Porto Amazonas, que coloca a nossa Casa como única e exclusiva culpada pelo fato de os recursos não terem chegado em tempo às prefeituras. Não é bem assim. Precisamos dar tempo ao tempo. Temos que considerar. Não podemos reviver o passado da ditadura, em que as Câmaras de Vereadores precisavam efetivamente de um espaço dentro das Prefeituras para existirem, que o presidente da Câmara tinha que pedir "por favor" para o Prefeito para receber o salário dos Vereadores. Isto não é independência! Nós precisamos da independência do Poder Legislativo para aprovar as matérias. E não é só no Poder Legislativo, não. No interior os Senhores Prefeitos pagam inclusive o aluguel da casa dos Senhores Juizes! De que forma vamos ter independência neste Estado? São vícios do passado! Vícios da ditadura! E não é assim que deverão ser votadas as matérias, não é assim que deverão ser administrados os três Poderes.

E desta forma, como Parlamentar, quero protestar contra esta maneira que o Prefeito de Porto Amazonas coloca a sua posição, jogando fora, tão fácil, o trabalho de sérios Deputados e da administração desta Casa.

Precisamos reformar o Estado, mas a reforma do Estado passa também pelo Executivo, passa também pelo Governo do Estado. A reforma do Estado passa pelo Legislativo e passa pelo Judiciário também; passa pela Câmara de Vereadores; passa pelos fóruns de seus municípios, e passa pelo Tribunal de Justiça.

Então, Senhores Deputados, a minha preocupação é com o povo do Paraná, sem dúvida nenhuma. Mas, as coisas têm de caminhar certas e nós temos que reconhecer e respeitar o Parlamento. Chega de desrespeito aos homens que constroem leis neste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passa-se ao Grande Expediente.

Deputado Caíto Quintana com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Que essas primeiras palavras sejam até mesmo de reconhecimento, as expressões que eu ouvi desta Assembléia, proferidas pelo Deputado Algaci Túlio, de que este Parlamento teve momentos de grandeza, no curso

de uma legislatura, e que essa grandeza se credita a todos os Parlamentares, independente de partido político, que toda a vez que o Parlamento conscientemente analisa os princípios daquilo que aqui passa e vota o interesse maior do Estado do Paraná, é evidente que todos os Parlamentares, independente de partido político, estão ajudando a construir este Estado, razão da existência desta Assembléia, razão da existência deste Governo, razão da existência do Judiciário, os poderes basilares, do nosso Estado e da nossa Nação.

Contesto apenas, no início deste pronunciamento, as colocações do Deputado Algaci Túlio, a quem respeito, com referência à Cidade Industrial.

Todos nós conhecemos, foi assunto estudado na Legislatura passada, uma Mensagem inclusive, encaminhada a este Poder, que foi aprovada e posteriormente derrubado um veto e mantendo um "status quo", porque a Cidade Industrial tem uma origem e todos nós sabemos, a Cidade Industrial, não tem débito com o Governo do Estado, a Cidade Industrial tem débito com os bancos que assinaram como avalistas do município de Curitiba para a instalação da Cidade Industrial. E o município não cumpriu os compromissos, e os bancos avalistas pagaram-nos e na sequência o Prefeito de Curitiba, casualmente é hoje o Prefeito Jaime Lerner, outorgou procuração para que os credores se ressarcissem de parte do seu ICM, para cumprimento da dívida.

Entendo que o problema da Cidade Industrial é crucial, tanto para a Prefeitura, quanto para os bancos, que estão com o seu limite operacional dificultado exatamente por terem cumprido compromisso que cabia ao município, mas isso teria que se discutir com mais profundidade ainda, porque eu não sei, se fosse Deputado na época, se concordaria com a criação de uma Cidade Industrial em Curitiba, ou em qualquer outro ponto do Estado do Paraná.

O importante, prezados Parlamentares, e muitos Prefeitos que aqui estão, lideranças do Paraná que aqui estão, o importante de se saber e eu ouço tantas alegações e nunca as contestei, por respeito às dificuldades que temos de achar a solução para o problema, mas Curitiba, se tem o peso da Cidade Industrial, tem o lucro da industrialização dos produtos primários que saem, muitos deles, lá dos pequenos municípios, das dificuldades que os pequenos municípios têm na geração de mão-de-obra, na emigração do jovem do interior que tem que sair de todos os recantos do Paraná, para buscar trabalho em poucos municípios industrializados do nosso Estado.

Há de se repensar, inclusive, na sequência, se nós devemos expandir a Cidade Industrial, ou se nós devemos adotar o

princípio como governo, de industrialização dos pequenos municípios do interior do Paraná, para que lá do interior do Paraná, se possa gerar mão-de-obra, gerar ICM, gerar IPI, melhorando as condições de vida de cada um dos seus municípios.

Por isso, essa correção tem que ser feita porque o Paraná, os pequenos municípios, pagam o preço inclusive, da própria Cidade Industrial.

Eu concedo o aparte ao Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Caíto Quintana, eu louvo o pronunciamento de Vossa Excelência, merece meu aplauso, mas a retórica dele na prática, não condiz com a verdade.

Em 15.04.86, o então Governador do Estado, promulgou a Lei n° 8282, que fixava na época, os índices do ICM por todo o Estado. Neste ano, desde a data de 19.04.90, existe nesta Casa um projeto de lei de sua autoria e do Deputado Mário Pereira, que restabelece ou cria normas para nova fixação de índices de ICMS do Estado do Paraná, e evidentemente, procura com isso distribuir mais justiça, retirar dos treze municípios do Paraná, um pouco daquilo que supera cinquenta por cento do ICMS, para que os pequenos municípios tenham também uma participação mais equitativa, mais justa na distribuição desse importante imposto do Estado.

Ocorre que deste 19 de abril, o projeto de Vossa Excelência e do Deputado Mário Pereira, nesta Casa, nenhuma ação efetiva se conduziu, no sentido de aprovar este projeto importante para os pequenos municípios.

Portanto, coloco a Vossa Excelência, aqui e agora, um desafio e até um apelo, em nome dos pequenos municípios: vamos colocar hoje na pauta este projeto importante, e que Vossa Excelência e a Bancada do Governo aprovelem este projeto, que é de Vossa Excelência e do interesse dos pequenos municípios do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Rubens Bueno, da minha parte eu aceito, profundamente agradecido pelo desafio de Vossa Excelência. Porque, inclusive, já encaminhamos à Mesa, pedido de urgência para este projeto, que é uma forma, à molde da emenda 19, de nós restabelecermos um pouco a justiça para os pequenos municípios. Eu tenho origem em pequenos municípios, de origem agrícola, municípios que estão praticamente falidos, porque o critério de distribuição do ICM injusticia essas pequenas comunidades, que não têm indústrias, portanto, não podem transformar o produto primário. E, conseqüentemente, poucos municípios do Paraná levam vanta-

gem.

Da minha parte, Deputado Rubens Bueno, se existirem dois votos, serão o meu e o seu. Nós votaremos a favor.

O Sr. Rubens Bueno - Mas, Deputado Caíto Quintana, permita-me continuar com o aparte. Na medida em que Vossa Excelência defende o seqüestro de uma parte do imposto da Prefeitura de Curitiba, e eu não vou discutir o mérito político, se é ou não discriminação do Governo, com relação a este ou aquele Prefeito, de que Partido seja; o que importa é que na medida em que Vossa Excelência defende o seqüestro de um imposto do município, Vossa Excelência estará defendendo amanhã, o seqüestro da União, com relação à dívida da Previdência, dos municípios. Porque o valor é o mesmo, porque a Prefeitura tem uma folha de pagamentos, a Prefeitura tem o custeio da máquina administrativa, os Prefeitos têm dificuldades, no dia-a-dia, com aquele pouco que recebem, que é a sua participação na cota do grande bolo, que é feita através dos tributos.

Então, nós não podemos defender, de forma alguma, seja quem for, de que município seja, de que haja o seqüestro da parte do município, que é pagar os funcionários, que é para aplicar, principalmente, na área social.

Então, só quero registrar a Vossa Excelência, como aparte, também que eu acho fundamental. Porque amanhã, nós estaremos aqui no Paraná, como em todo o País, brigando novamente para que os municípios não vão recolher à Previdência, ao IAPAS, aquela dívida que vem de quinze, vinte anos, e que, portanto, muitas Prefeituras terão que fechar as suas portas, porque não têm como pagar.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Rubens Bueno, não defendo nenhum seqüestro. Não conheço a saúde financeira da Prefeitura de Curitiba. Quem deveria conhecer a saúde financeira e saber do pagar ou não pagar, seria o Prefeito de Curitiba, na hora em que assinou uma procuração autorizando a retenção de parte do ICMS para cobrir a despesa da dívida de Curitiba. E, obviamente, o Governo do Paraná, os municípios do Paraná, terão que responder, se assinarem uma procuração para o Governo Federal reter parte dos seus recursos para pagamento.

O Sr. Rubens Bueno - Mas, essa procuração, Deputado, já foi assinada. Esta procuração já foi assinada, na medida em que a população elegeu seus representantes. Portanto, muito mais que uma procuração, um mandato popular. E através deste mandato popular, escreveram na Constituição que

diz exatamente isto: a qualquer momento o Governo poderá baixar esta norma, e segundo o que Vossa Excelência está colocando também poderá haver um seqüestro daquilo que as Prefeituras têm, do seu patrimônio, ou da sua própria economia.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Só ratifico que não defendo retenção de recursos de ninguém. Defendo o cumprimento de uma dívida que está prejudicando a própria saúde dos bancos, que é uma dívida contraída, uma dívida que tem contrato e uma dívida que tem uma procuração para reter. E acho, até, que o Paraná tem que encontrar uma solução para este problema. Sempre fui aberto a este tipo de diálogo, inclusive, na Constituinte. No entanto, não posso aceitar a acusação, pura e simples, de que haja discriminação. Há um cumprimento de uma determinação.

Mas, não é este, somente, Deputado, o assunto que nos traz à tribuna. Nós estamos votando hoje, aqui, três suplementações. E três suplementações profundamente importantes para o Estado do Paraná.

Sempre tive, prezados Parlamentares, uma incumbência difícil, nesta Casa, de ter que dialogar e encontrar saída para assuntos deveras complicados para o lado do Governo do Paraná: aumento de professores, aumento do funcionalismo, comprometimento de ICMS; muitas emendas de Plenário e, nós sempre subimos a esta tribuna e os Senhores são testemunhas disso, não nos preocupando com a vaia ou com o aplauso; procurando levar daquilo que nós tínhamos conhecimento das mensagens, a necessidade do andamento delas, a possibilidade de atender ou a impossibilidade de atender. Hoje, nós estamos vivendo o momento extremamente normal na vida de um país inflacionado. Quem de nós ouve falar, com raríssimas exceções, talvez, eu não conheço, que a Suíça tenha suplementação de orçamento. Os Estados Unidos estão vivendo um problema atual de suplementação, porque é um fato estranho no Congresso Americano - uma suplementação -, porque país que não tem inflação tem possibilidade de preparar seu orçamento. Mas, país inflacionado, sob hipótese alguma pode prever o que acontece no ano orçamentário que passa pela frente. E o Executivo e as Câmaras; o Executivo e as Assembléias; o Executivo e os Congressos não podem prever arrecadações além dos limites. Eu recordei que assumiu há um ano atrás o Presidente Collor de Mello falando em inflação zero por cento. Naquele instante, nós estávamos elaborando os orçamentos nos Estados, nos municípios e no Congresso Nacional. No entanto, a inflação está atingindo índices de 13%, nos dados que estão sendo colocados nos jornais. Mas, todos nós sabemos que são maiores e

para o Poder Público muito maior, pois os reajustes das tarifas, os reajustes do custeio da máquina supera muito mais.

Ora, o próprio Congresso Nacional votou na noite da semana anterior, uma suplementação de verbas para o Governo Federal, porque o Governo Federal estava sem rubrica para dar continuidade ao seu trabalho. E hoje, o Estado do Paraná precisa do quê? De autorização do Plenário desta Assembléia para contrair empréstimo? Não.

Estaria no total direito a oposição breçar a possibilidade de comprometimento do Estado do Paraná através do endividamento quer seja interno, quer seja externo.

A oposição poderia bater o pé, exigir informações das mais profundas, se nós estivéssemos aqui nesta Casa pedindo autorização para contração de empréstimo do Governo do Estado para colocar o novo Governo, que entra em dificuldade de caixa. Mas, nós não estamos pedindo isso.

O que que é suplementação de verba?

Uma suplementação de verba é nada mais nada menos do que adequação do orçamento corroído pela inflação. Nós estamos pedindo aumento de rubrica para poder utilizar o recurso que obviamente está ou estará no Governo do Estado dentro do próximo trimestre para encerrar o ano de 90.

Mas, o que é essa rubrica?

Essa rubrica é poder pagar os professores conveniados com os municípios; esta rubrica é para poder repassar recursos para as faculdades do Paraná. Essa rubrica é para poder dar continuidade ao PEDU - Projeto de Desenvolvimento Urbano dos Municípios Paranaenses; essa rubrica é para o Paraná rural; essa rubrica é para a ação social poder dar recursos às creches, às escolas, às crianças, aos menores abandonados; para o equipamento da polícia. E este Plenário e esta Assembléia não pode negar apenas o aumento de rubrica orçamentária, já que não está fazendo nada mais nada menos do que cumprir um roteiro costumeiro nesta Casa.

Senhores Parlamentares, quantas vezes nós votamos suplementação orçamentária aqui, na plena vigência do Governo Sarney, às Câmaras, às Prefeituras e esta Assembléia sabe que praticamente a cada mês ou a cada bimestre nós tínhamos que reformular o orçamento, porque inflação de 70%, não há orçamento que dure 60 dias. E a inflação está exigindo que se mande uma mensagem pura, simples, discriminada, dizendo onde aplica os recursos do Estado do Paraná. Recursos que estão no Tesouro.

Ou nós queremos, quem sabe, parar as obras do Paraná. Não podemos pagar o professor conveniado; não temos recursos para comprar alimentos para as creches mantidas pelo Poder Público. Ou será que nós

queremos parar o Paraná Rural, que é a recuperação da terra do nosso Estado?

Ou nós queremos parar o PEDU? Ou nós queremos colocar as prefeituras em dificuldades ao ponto de fechar as suas portas, porque os seus convênios não podem ser feitos!

Não. Este Plenário tem que encarar, votando a favor ou votando contra, mas nós temos que votar a matéria.

Tenho dito costumeiramente, sei que muitos momentos foi difícil subir a esta tribuna, porque a intenção daqueles que aqui vinham era contrária à defesa que faziam, mas nós não podemos parar um Estado meramente por questiúnculas pessoais, nossas! O Paraná nos colocou aqui como seus representantes, não importa se o Prefeito defende uma candidatura ou outra candidatura, o que importa é que em cada município existe uma parcela de eleitores que irão se definir em favor de Pedro ou Paulo, e o que eles querem é que possa se dar continuidade ao desenvolvimento do Estado do Paraná, nada mais do que isso!

Seria injusto, seria prejudicial a ação da Assembléia se ela não entendesse este momento que nós estamos vivendo, uma recessão brutal, não há recurso, as empresas estourando!

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, um corte de mais de 40% no Fundo de Participação dos Municípios, há diminuição de cota de participação no ICM, por consequente, a própria previsão de desenvolvimento administrativo das comunas do Paraná está prejudicada pela retenção e aí sim, Deputado Rubens Bueno, retenção indevida pela transformação do IPI, para poder saquear dos cofres dos municípios a parte que lhes cabe tradicionalmente nesta Nação, pelos produtos que geram industrialização e pelo Imposto de Renda que seus habitantes pagam! Como nós queremos tirar o Brasil desta recessão que estamos vivendo, se nós incapacitarmos o Estado de continuar produzindo, incapacitarmos o município de continuar administrando as suas dívidas, as suas obras, os seus trabalhos? Nada mais se pede do que isso! Eu entenderia perfeitamente um posicionamento da situação e da oposição que questionasse se eventualmente, neste instante, tivesse uma Mensagem do Executivo pedindo autorização desta Casa para contrair empréstimo, fosse ele interno ou fosse ele externo, porque nós teríamos que discutir em quanto isso representaria no comprometimento da saúde financeira do Estado do Paraná! Mas não está pedindo! Não está pedindo empréstimo, não está comprometendo nada! Está pedindo uma rubrica, uma rubrica para utilização de seu próprio recurso que está no Tesouro e que a cada dia que passa retarda mais e mais a possibilidade do desenvolvimento do

Estado, que nós queremos e do Estado que nos fez Deputados, independente do partido que somos.

É verdade, esse Parlamento haverá de um dia ser entendido, mas não será a devolução das prerrogativas parlamentares da Constituição que vai resgatar a dignidade do Parlamento!

Costumeiramente me perguntam qual é a minha meta, como Deputado reeleito, e eu tenho me negado, Deputado Rubens Bueno, de citar a meta de Saúde, Educação, Segurança, porque todos nós sabemos nessa Casa que cada dia é um novo dia no Parlamento! A prioridade se faz no dia a dia da vida de cada cidadão, e a nossa postura, aqui dentro, para readquirir a credibilidade lá fora, a devolução da nossa prerrogativa há de ser feita por nós mesmos! No momento em que nós escarmos a discussão, no momento em que nós defendermos ou acusarmos, ganharmos ou perdermos, mas tivermos a coragem de saber que este Fórum faz o Paraná parar esperando pela sua decisão, como está esperando a votação deste projeto meu e do Deputado Mário Pereira de redistribuição do ICM, está esperando outros tantos que o fórum da discussão. E aqui é que nós vamos ter que arrancar, aprovado ou rejeitado o projeto que tramitar nessa Casa!

Por isso eu faço um apelo, aos Senhores Parlamentares que estão aqui no Plenário, aos Senhores Parlamentares que estão nos seus Gabinetes, aos Senhores Parlamentares que estão na antesala, vamos votar! Vamos cobrar depois a execução da autorização legislativa que estamos tendo! No final do ano nós receberemos a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, e ali, naquela hora, é o momento de nós sabermos se a suplementação dada aqui foi bem aplicada, lá será a hora de nós cobrarmos, com dignidade e postura, que na hora que foi dada suplementação nós demos, mas queremos a explicação com documentos daquilo, onde se aplicou. Esse é o poder, por isso que o Legislativo tem essa competência ampla, ele pode aprovar porque ele vai ter logo aí na frente, no final do ano, o direito de análise, do balanço e da prestação de contas; vai ter daqui a pouco a discussão do orçamento de 91, aonde os interesses das nossas regiões poderão ser colocados dentro dessa peça, que haverá de ser para o ano que vem, o andamento, a doutrina do novo Governo nas suas aplicações.

O que nos cabe aqui é não decepcionar uma vez mais o nosso Estado do Paraná, que está aguardando que a Assembléia possa dizer: "Pode continuar trabalhando!" Que o Prefeito possa retornar à sua cidade e possa chamar os seus professores conveniados e pagar os professores, salários minguaados, mas são salários, necessários

para a própria alimentação. Este é o nosso compromisso, é este apelo que nós queremos fazer da tribuna, de que nós venhamos discutir, mas venhamos votar, não vamos passar no findar de uma legislatura, no findar de um ano, no momento em que queremos construir e reconstruir a imagem deste Parlamento, não vamos passar o nosso vale de omissão, de não querermos discutir ou não querermos votar, esse é o apelo que nós fazemos. Eu lhe concedo o aparte.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado Deputado Caíto. Quero parabenizar Vossa Excelência pelas brilhantes colocações que faz neste momento, mas apenas quero lembrar de que os recursos que sobrevive também a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, apesar de ser constitucional, mas os recursos são oriundos do Poder Executivo e nós sempre tivemos o apoio do Poder Executivo para que esta Casa funcionasse e para que seus funcionários recebessem condignamente os seus salários em dia e assim também como o salário dos Deputados Estaduais.

Se nós que estamos aqui, que somos responsáveis a aprovar autorização de suplementação de verba ao Governo Estadual, a quem injeta os seus recursos a esta Casa, seria até uma injustiça deste Parlamento deixar de atender as reivindicações do Governo do Estado, uma vez de que essas verbas são para atender a população do Paraná.

Eu acho que nós não podemos agora, de forma nenhuma, todos os Deputados que aqui estão, os que se reelegeram, ou que não se reelegeram, têm os seus mandatos até fevereiro de 1991; nós temos responsabilidade ainda até 1991 e é importante que se diga de que esta votação, nós temos a obrigação como Deputados eleitos pelo povo do Paraná, de repassar os recursos e também na fiscalização do dinheiro. Eu não acredito, como já ouvi até dizer de que não há interesse de aprovar as verbas porque o Governo do Estado não está gastando as verbas certas. Mas eu quero dizer meu ilustre Deputado, líder da nossa Bancada, Deputado Caíto Quintana, que as contas do Governador Álvaro Dias do ano de 89 já foram aprovadas. Eu não vejo razão para que haja essa preocupação e para tudo isso. Nós confiamos na honestidade, na seriedade do Governador Álvaro Dias, eu confio muito no Governador Álvaro Dias; agora, está aí a justiça para decidir aonde está a responsabilidade do dinheiro, está na Assembléia Legislativa do Estado também, que tem responsabilidade da fiscalização. Muito obrigado e parabéns a Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço o aparte e apenas para encerrar Senhor Pre-

sidente, Senhores Parlamentares, poderá ocorrer, eu espero que não, mas poderá ocorrer que nessa sessão não tenhamos quórum, portanto quero apelar à Mesa, e tenho certeza que evidentemente esse será o procedimento da Mesa dessa Casa, que mantenha na Ordem do Dia, na sequência das sessões os projetos de suplementação, e quero despretensiosamente me colocar à disposição dos Parlamentares da situação e da oposição para que possamos conversar, tirar as dúvidas que eventualmente possam ocorrer nessas suplementações que estão sendo apreciadas, são três, tem mais suplementação a apreciar na Assembléia, ainda. Vamos tentar um entendimento, vamos inaugurar o período da conversação que tanto dignificou o momento da Assembléia Constituinte, porque na hora que nós reunimos as lideranças, discutimos, acertamos os pontos, nós conseguimos fazer a Constituição andar, portanto, vamos manter esse diálogo salutar para o desenvolvimento das matérias que estão dentro desse Plenário. E eu confio, confio nos companheiros desta Casa, confio de que nós tenhamos esse apelo atendido.

O Sr. Rubens Bueno (Aparte, assentimento)

- O apelo que Vossa Excelência faz eu gostaria de também pedir a minha participação, e que ele seja mais completo, que seja da Ordem do Dia e, portanto, com apelo também de Vossa Excelência a votação do projeto nº 266/90. Esse projeto de sua autoria e do Deputado Mário Pereira, de suma importância para os pequenos municípios do Paraná, de mais de 300 municípios têm interesse nesse Projeto, que seja votado até por uma questão de tempo, com antecedência dos outros projetos. Vejo que Vossa Excelência apresentou esse projeto em abril deste ano, todo tempo para diálogo, para emendas, para discussão, tramitação nas Comissões, tudo isso venceu, e já está em regime de urgência. Eu acho que, com a concordância de Vossa Excelência poderíamos votar esse Projeto que é muito mais importante para os municípios do que essa emenda paliativa, e nós estaremos junto também votando as suplementações que Vossa Excelência está colocando. Eu entendo que o Parlamento está vivendo um novo tempo, estamos aí em eleições presidenciais, eu não sei para quem Vossa Excelência votou para Presidente, mas eu votei na Oposição, votei para o Lula, por recomendação do meu Partido. Então, nós queremos continuar fazendo com que o Parlamento realmente atue, os tempos estão exigindo, por exemplo, a desconcentração de rendas, de tributos de arrecadação das mãos da União e do Estado para os municípios, confiando nos Prefeitos e na comunidade, para que ele não fique de chapéu na mão nem pedindo para Cu-

Curitiba e Brasília recursos para seu município.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado meu tempo está encerrando, eu vou bater um requerimento já pedindo a transformação da Assembléia em Comissão Geral e a inclusão imediata na Ordem do Dia desse projeto, espero assinar com Vossa Excelência. Só que Vossa Excelência sabe, por experiente Parlamentar que é, que procura através do projeto que interessa e é por esta razão que nós o apresentamos aos municípios retardar a votação disso, mas Vossa Excelência sabe de uma coisa, reforma tributária, nobre Deputado, só entra no exercício posterior, de modo que não justifica, e não justificaria nós pararmos a votação das mensagens que estão aqui apenas sob pretexto de votar o projeto de nossa autoria e do Deputado Mário Pereira, porque evidentemente que as mudanças no critério de redistribuição do ICM só entrariam em vigor no próximo exercício como é costumeiro em tudo aquilo que se trata em impostos, receitas e tributos, portanto nós temos que votar é a matéria que está aqui, votando a matéria que está aqui, nós estaremos dando continuidade ao Estado para continuar trabalhando. E eu vou pedir para a assessoria bater, nesse instante, um pedido para inclusão na Ordem do Dia em transformação da Assembléia, em Comissão Geral para que nós possamos aprovar imediatamente esse projeto que sem dúvida alguma é altamente benéfico aos pequenos municípios do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. RUBENS BUENO - Deputado Caíto Quintana o Senhor só me permita uma informação à Vossa Excelência, no dia 06 de agosto deste ano eu apresentei um requerimento pedindo regime de urgência do projeto de Vossa Excelência, foi aprovado, e até hoje não foi votado, ontem eu apresentei novamente o requerimento, e foi aprovado, está em regime de urgência para votar o projeto de Vossa Excelência, portanto eu já dei a minha contribuição através do relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias para desconcentrar o poder do Estado e entregar nas mãos dos municípios, isto aqui foi sendo procrastinado, inclusive neste Plenário, não, nós temos até tal prazo para votar, e isto não aconteceu. Portanto eu não vou mais uma vez cair na conversa de que nós temos até o final do ano para votar, para que a Reforma Tributária não aconteça a partir de janeiro.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agora o interessado sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está

esgotado o prazo de Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Só para concluir.

O interessado sou eu. Agora Vossa Excelência, no diálogo dá a impressão de que eu esteja retardando. Ora, se o projeto é da minha autoria, eu tenho requerimento aprovado também. É uma questão de nós colocarmos na Ordem do Dia e votarmos o projeto, e desde já eu conclamo os Parlamentares da Assembléia Legislativa a votar favoravelmente, porque é uma questão de justiça aos pequenos Municípios.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto em questão debatido do Deputado Caíto Quintana e Rubens Bueno; há requerimento do Deputado Rubens Bueno na Sessão de ontem, será incluído na Sessão de amanhã.

Anunciamos a presença, neste Plenário, com muita honra, dos alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Ponta Grossa.

Horário das Lideranças:

Concedo a palavra ao PDT; com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós ouvimos atentamente o pronunciamento do nobre Deputado Caíto Quintana, a quem nós temos um respeito muito grande, e o consideramos um dos grandes Deputados que honram e dignificam este Parlamento, e digo, repito, pela admiração que eu tenho por Vossa Excelência, muito embora tenhamos às vezes divergências político-partidárias.

Mas, eu também não posso aceitar algumas colocações feitas pelo Líder do Governo, porque é bom que se esclareça aqui, que a Cidade Industrial não foi uma obra do Prefeito Jaime Lerner. A Cidade Industrial foi iniciada no tempo do Governador Parigot de Souza, e que em consequência do seu falecimento teve dificuldade o governo, à época, e a Prefeitura assumiu esta responsabilidade de criar o pólo da Cidade Industrial.

E houve convênios assinados entre Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Curitiba.

Essa Cidade Industrial que possibilita o número de aproximadamente 150 mil empregos, e certamente, eu repito mais uma vez, de muita gente que veio de canoa, das cidades aqui representadas pelos Senhores Prefeitos. São 80 mil empregos diretos, e aproximadamente 70 a 60 mil empregos indiretos.

A retenção do ICMS, que é feita pelo Governo do Estado, e há que se destacar também aqui, Deputado Caíto Quintana, que o Prefeito Jaime Lerner desde que assumiu a Prefeitura não colocou qualquer assinatura em nenhum novo acordo, em nenhum novo contrato, com relação à Cidade Industrial.

O que nós questionamos é o seguinte: que todos os governos que passaram pelo Palácio Iguaçu reconheceram a validade deste convênio, Governo do Estado, Banco do Estado do Paraná, BADEP e BRDE.

Sempre houve este reconhecimento. O que não entendemos é que somente agora, somente agora é que o Governo do Estado não reconhece isto.

Fica mais do que nunca caracterizado que há interesse político na questão. É aí que nós colocamos a nossa posição. Por que é que não se aplicou isto enquanto Roberto Requião era Prefeito de Curitiba?

Será que os Bancos não necessitavam de fazer esta cobrança? Por que somente agora, quando Jaime Lerner é Prefeito de Curitiba, se passa então a fazer este seqüestro dos bens, que é de justiça e de direito da cidade de Curitiba.

Alguns dados para refrescar um pouco a memória são aproximadamente 21 milhões de dólares correspondentes a mais ou menos um e meio bilhões de cruzeiros são recursos consideráveis, recursos de investimentos fundamentais à população de Curitiba, que dariam para resolver o problema da moradia para aproximadamente doze mil famílias, que daria para resolver o problema para construir cento e cinquenta escolas integradas, um bilhão e meio de cruzeiros dariam para construir duzentas creches, um bilhão e meio de cruzeiros dariam para construir cento e cinquenta postos de saúde, um bilhão e meio de cruzeiros dariam para construir aproximadamente 500 kms de tratamento superficial de pavimentação, dariam para fazer um mil e quinhentos quilômetros de obra de manilhamento, obras fundamentais à Capital do Estado. E a Prefeitura questionou na justiça a base legal deste convênio assinado pelos Governadores e Prefeitos, e a justiça deu liminar neste questionamento favorável à Prefeitura Municipal de Curitiba.

Até o presente momento a justiça reconhece esta retenção. Então é isto que nós queremos questionar. Agora o que é bom dizer também, em que pese toda essa guerra, essa discriminação pela Capital do Estado, o problema aí é com os bancos. Nós sempre questionamos aqui a situação do Banco do Estado do Paraná, do BADEP e agora me parece até que o Governo começa a dar sinais de um possível entendimento até, em função da situação dos Bancos, do Banco do Estado do Paraná e do BADEP.

Então é preciso refrescar bem a memó-

ria, existe esta discriminação, uma discriminação política, porque não se tem este desconto, esta retenção, este seqüestro quando Maurício Fruet, quando Roberto Requião eram Prefeitos de Curitiba, só se passou a fazer no último mês, para não faltar com a verdade aqui, Deputado Caíto Quintana, somente no último mês do Prefeito Roberto Requião é que seqüestraram o repasse para Prefeitura de Curitiba, como quem quisesse dizer mais tarde "não, nós também seqüestramos na época do Requião", só um mês.

No entanto de Curitiba, o montante até agora é de 21 milhões de dólares. É esta a situação toda.

Este Deputado independe de cores partidárias. Este Deputado tem tido uma atuação coerente nesta Casa, tem reconhecido os erros do Governo, tem sabido também reconhecer os acertos do Governo do Estado. Posso até neste momento, quando questiono o problema da cidade industrial vir aqui e fazer algumas críticas, mas entendo perfeitamente a situação dos Senhores Prefeitos. Só faço aqui um apelo aos Senhores Prefeitos, se esta Assembléia vier a aprovar esta suplementação, que os Senhores Prefeitos usem em benefício das suas comunidades, que não tirem proveito político neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PL. (DECLINA):

Com a palavra a representação do PT, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores presentes.

Nesta sessão de hoje, temos várias matérias de relevante interesse público para o Estado do Paraná.

Desde já quero afirmar que o Partido dos Trabalhadores votará favoravelmente, mas algumas verdades devem ser ditas neste momento, para que a história política do Paraná não encubra os reais culpados pela situação de impasse que se encontra neste momento, onde estamos abusando com a paciência dos Prefeitos, das organizações populares, da população do Paraná, do Palácio Iguaçu, que precisa dos recursos públicos e agora neste momento se cria uma situação de preocupação e uma situação de impasse.

Quero aqui a bem da verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer que certamente será uma das últimas vezes que eu estarei aqui puxando a orelha destes Parlamentares que aqui estão, contestando o que disse aqui o Líder governista, que é um dos culpados pela situação de impasse,

porque há quatro anos que o Partido dos Trabalhadores aqui está e que sempre procurou chamar a atenção, principalmente da Bancada governista que o Deputado Caíto Quintana lidera de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento do Estado são leis que o Parlamento teria que usar e dignificar as suas prerrogativas porque é a lei mais importante que a gente aprecia neste Parlamento. O líder governista nunca foi sensível e sempre derrotou as proposições que devem estar na caixa do lixo deste Parlamento quando nós votávamos aqui os orçamentos anteriores e a última lei de Diretrizes Orçamentárias que foi aprovada pela maioria governista, a maioria peemedebista que tinha 37 Deputados; eles que aprovaram esse mecanismo de estabelecer os Orçamentos do Estado e agora vêm aqui fazer demagogia na tribuna, tentar culpar alguns Deputados neste momento pela situação que se cria, essa situação lamentável que nós do Partido dos Trabalhadores sempre contestamos e sempre lamentamos.

A bem da verdade me pronuncio neste momento, especificamente para que nós corrijamos os erros do passado e também para que nós não o repitamos no futuro, porque daqui a uma semana novamente nós estaremos apreciando o Orçamento do Estado para 1991. Então eu espero que essas lições negativas não estejam contempladas no Orçamento que nós já temos em mãos e que a partir da semana que vem, obviamente, nós estaremos apreciando.

Quero lembrar aqui, a bem da verdade e a bem da justiça que eu sempre contrariei aqui, no final do ano passado, eu denunciei aqui que o Governo Álvaro Dias e a sua equipe estava sendo incompetente para a elaboração do Orçamento do Estado, porque estava subestimando os valores arrecadados e estava subestimando a previsão de gastos. Não fui compreendido aqui. O resultado está aí, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Quem é que tinha razão? No dia 9 de março, menos de três meses de aplicação do orçamento de 90, nós já estávamos neste Parlamento votando suplementação orçamentária. Por que isto Senhor Presidente, Senhores Deputados? Isto é falta de visão, é falta de capacidade técnica, é falta de capacidade política, é imprevisibilidade dos governantes ou será que é manobra? Eu acredito que é manobra, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que há pouco mais de dois meses atrás nós votamos a última suplementação orçamentária que era do tamanho do Orçamento do Estado, que contabilizava quase 20 bilhões de cruzeiros e lá estava embutido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma rubrica que nós condenamos aqui mas que foi aprovada, destinando 790 milhões de cruzeiros daquela suplementação...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência. Para gastar com propaganda e publicidade de agosto a novembro de 90, digo, de agosto a dezembro de 90, Senhor Presidente, Senhores Deputados? Foi para isto que Sua Excelência o Governador subestimou o Orçamento para redirecionar no momento oportuno e destinar para as necessidades momentâneas, para gastar com propaganda e publicidade, para redestinar, para comprar cabo eleitoral para eleger o seu Governador, para redestinar para aquilo que é o seu prazer momentâneo. E isso tem que ser dito a bem da verdade. Senhor Presidente, porque senão seria muito simples, era só prever um orçamento que ficasse o mais perto da realidade, o mais perto da previsão de arrecadação, o mais perto possível...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu concedo, Deputado. Se puder eu concedo. Aguarde Deputado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu aguardo o aparte de Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, quero dizer aqui a bem da verdade e a bem da justiça. Vamos aprovar essas suplementações propostas neste momento porque elas contemplam o interesse público dos paranaenses e vamos acabar com esse sufoco. Agora nós esperamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Não vamos esperar que a próxima Legislatura vá fazer os reparos à nossa omissão, à nossa falta do uso das prerrogativas e à falta de responsabilidade da maioria deste Parlamento, da maioria governista que assinou embaixo dos erros, dos maus planejamentos que foram tomados por iniciativa do Palácio Iguaçu.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, lamento que essa situação tenha chegado, porque se a maioria dos Parlamentares que compõem esse Parlamento tivessem analisado o mérito das emendas que o Partido dos Trabalhadores propôs durante esses 4 anos, tanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias como nos orçamentos desses quatro anos, certamente nós não teríamos chegado a essa situação.

Quero dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados que eu continuo lamentando, porque apenas, há 15 dias atrás, quando nós aprovamos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, onde o Substitutivo do Deputado Rubens Bueno que contemplava várias emen-

das, que nos futuros orçamentos nós teríamos um rumo melhor, uma segurança melhor que esses absurdos seriam corrigidos, lamentavelmente, a maioria nesse Parlamento não compreendeu e a maioria derrotou o Substitutivo, derrotou as Emendas e continuamos repetindo os vícios de origem que estão neste Parlamento e na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada agora.

Por isso Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Prefeitos aqui presentes e todas as pessoas que têm influência, vamos cobrar do Palácio Iguaçu, da Bancada Governista a sua omissão ou a sua falta de responsabilidade no momento certo e no momento oportuno, porque nós avisamos, nós não temos maioria neste Parlamento, mas usamos a nossa inteligência para avisar a todos que aquela omissão e que a falta de responsabilidade do momento teria um custo e, lamentavelmente o custo é esse.

Era isso Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, apenas para lembrar ao Deputado Pedro Tonelli de que então não foi só a assessoria do Governador Álvaro Dias que errou os cálculos no orçamento do Estado, porque recentemente foi pedido também na Prefeitura de São Paulo, pela Prefeita Erondina, do PT, uma suplementação de verbas. Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Consta da Ordem do Dia de hoje, além de outras matérias, três Mensagens do Senhor Governador, que solicita suplementação de verbas. Este é o fato que originou o pedido de verificação de quórum. Todos sabemos disso.

Estão nos visitando nesta Casa, Prefeitos e Vereadores de dezenas e centenas de municípios do Paraná. Todos nós Deputados sabemos perfeitamente da importância que têm as suplementações solicitadas pelo Senhor Governador para a administração de seus municípios. Não só isto.

Falei há poucos minutos com o Prefeito de Nova Esperança e ele informou que os Professores daquele município não recebem há mais de dois meses. Refiro-me aos professores conveniados, que recebem do município um recurso de repasse do Governo do Estado. Claro que em outros municípios, o Magistério também procede da mesma forma.

Rapidamente de passagem por esta tribuna, Senhor Presidente, Senhores Deputa-

dos, Senhores Prefeitos Municipais, gostaria de dizer que nós, de nossa bancada, não somos omissos. Não vamos dar presença para a votação da matéria que consta da Ordem do Dia desta sessão, mas não por nossa omissão. Porque, Senhores Prefeitos, hoje constam apenas três mensagens na Ordem do Dia de verba de suplementação, mas são cerca de seis ou sete, não sei o número certo, ninguém sabe aqui, que somam certamente mais de oito bilhões de cruzeiros. E que os Senhores Deputados não têm nenhuma informação para orientar o seu voto. Como vamos votar um pedido do Governador de verbas para professores? Ninguém aqui vota. Qual o Deputado que vota contra o interesse do município? Estou aqui há vinte anos e não vi ninguém votar contra o interesse do município. Isto é evidente. Aqui não tem nenhum bobo.

Mas nós sabemos que estamos cancelando, por exemplo, três bilhões de cruzeiros previstos no orçamento deste ano para cumprimento das obrigações com a nossa dívida externa e não sabemos como esta dívida externa será paga, se são juros ou não, se houve entendimento do Governo do Estado com os credores ou não e sabemos que quem vai pagar é o futuro Governador, mas vamos votar contra. Porque acho também que se o Governo do Estado quiser mudar o rumo da administração no curso do ano, e houver a maioria desta Casa que aprove, parece-me que assim deve ser feito. Mas o que não pode é debitar nas Bancadas Minoritárias desta Casa, e de Oposição, o fato de que ausente hoje, somos responsáveis pela não aprovação da solicitação do Senhor Governador.

Por isso, Senhores Deputados, a razão...

(É-lhe tirado o som).

...da ausência das Bancadas Minoritárias não é por nenhuma omissão, ao contrário, é com a responsabilidade de votar as matérias constantes da Ordem do Dia. Ainda ontem eu refutava algumas críticas de alguns Senhores Prefeitos, que veicularam nos jornais do Estado e da Capital, criticando o procedimento de Deputados, o que não é verdade. Porque nós só tomamos conhecimento hoje do parecer que será proferido aqui pelo Deputado-Relator designado pela Presidência. Portanto agora, hoje, se inicia o processo aqui no Plenário. Ninguém pode ser então responsabilizado pelo voto favorável ou contrário.

São essas rápidas palavras, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Prefeitos e Vereadores que a nossa Bancada não poderia deixar de registrar aqui a sua preocupação, sabendo da importância, da magnitude do que se discute. Mas tenham a tranquilidade todos os Senhores Prefeitos,

os Professores do Paraná, os Vereadores do Paraná de que aqui buscar-se-á a solução mais prática, mais séria, coerente e dentro do direito do que for constitucional. Esta é a nossa preocupação.

Estamos saindo de uma eleição. Muitos estão voltando para cá; outros não. E outros ainda reeleitos. Apenas esta eleição foi para reafirmar o compromisso dos que aqui estão com o futuro do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.
(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os membros da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que irão participar da Comissão Permanente de Fiscalização desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Pirajá Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de fazer um apelo ao nobre Deputado Caíto Quintana, em nome da cidade de Curitiba, para que interceda junto à Secretaria de Estado da Saúde, em função de que está havendo o seqüestro do repasse do SUDS para Curitiba.

Faço este apelo ao Deputado Caíto Quintana, e sei da sua preocupação também. Curitiba não pode ficar discriminada. As crianças de Curitiba também precisam melhorar a sua saúde. Então peço que leve ao Senhor Secretário de Saúde este apelo feito pelo Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de iniciarmos a votação das matérias,

quero agradecer ao Deputado José Rogério a defesa que fez à minha pessoa, a esta Presidência, pelos ataques a mim dirigidos pelo Prefeito de Porto Amazonas.

Os ataques não me atingem. Tenho cumprido com o meu dever. Não me submeto à pressão de quem quer que seja. E, por isso mesmo, estou aqui na Presidência para respeitar a decisão da maioria desta Casa. O Prefeito vai ter que ajustar as suas contas com a Câmara Municipal de Porto Amazonas.

Informo, ainda, que neste ano, a Assembléia, do Orçamento inicial de 65 bilhões, 717 milhões já votou uma revisão orçamentária, através da Lei n. 9173, de 95 bilhões. E ainda mais: pela Lei n. 9173, aumentou esta revisão orçamentária para 135 bilhões.

A Assembléia tem cumprido com suas obrigações.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n. 458/90. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Requerimento de verificação de votação. Este projeto é prejudicial às finanças públicas do nosso Estado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Requerimento chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é justo que o Plenário se manifeste, porque os Prefeitos estão vendo aqui Deputados que participaram da sessão até agora, estão se ausentando ...

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Segue a chamada nominal, a Mesa vai suspender a sessão. Aviso novamente, a Mesa suspende a sessão.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que o posicionamento de Vossa Excelência fosse igual ao da oportunidade na época dos professores, que Vossa Excelência autorizou, inclusive, a tribuna para que eles pudessem usar, que

abrisse o mesmo precedente para os Pre-
feitos aqui presentes.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) -
Prossegue a chamada nominal dos Senho-
res Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 24 (vin-
te e quatro) Senhores Deputados res-
ponderam à chamada nominal.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)
Eu gostaria de consultar o Senhor 1º
Secretário, se colocou presença ao Deputa-
do José Rogério.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) -
Estava ausente do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 25 (vin-
te e cinco) dos Senhores Deputados
responderam à chamada. Não há "quorum" pa-
ra votação. Prejudicado.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Nós
subscrevemos um requerimento, em com-
panhia do Deputado Orlando Pessuti e di-
versos outros companheiros, pedindo auto-
rização a Vossa Excelência para que o Pre-
sidente da Associação dos Municípios do
Paraná, Prefeito José do Carmo, viesse pa-
ra a tribuna dizer a todas as Bancadas, de
todos os Partidos, a situação em que se
encontram os municípios do Paraná. E eu
gostaria que, antes do final da sessão,
Vossa Excelência autorizasse o Presidente
da Associação dos Municípios para que
usasse da tribuna. Assim como Vossa Exce-
lência sempre fez para diversas entidades
que aqui estiveram presentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após o
encerramento da discussão da matéria,
nós vamos autorizar, submeter a votos o
requerimento, como nós temos feito ante-
riormente.

Passaremos à apreciação da matéria
constante da Ordem do Dia, conforme avulso
distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.
142/89, de autoria do Deputado EZEQUIAS
LOSSO, que concede o Título de Cidadão Be-
nemérito do Paraná, ao Senhor HOMERO TABA-
JARA CARDOSO LOUREIRO. Com PARECER FAVORÁ-
VEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada
a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.
239/90, de autoria da Deputada VERA AGI-
BERT, que declara de Utilidade Pública o
Asilo São Vicente de Paulo, com sede e fo-
ro no município de Imbituva-PR. Com Pare-
cer FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada

Curitiba, quarta, em 19.23.90

a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.
458/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚ-
LIO, que estabelece Incentivo Fiscal a
empresas instaladas no Paraná. Com PARECER
FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a
discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.
518/90, de autoria do Deputado ANIBAL
KHURY, que declara de Utilidade Pública a
Associação Profissional dos Artista Plás-
ticos do Paraná - APAP - PR, com sede e
foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL
da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.
367/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO
BASTOS, que declara de Utilidade Pública
a Associação Atlética Santa Maria, com se-
de e foro no município de Guarapuava. Com
PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. En-
cerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 367/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do
Deputado Cândido Bastos, visa declarar de
Utilidade Pública a Associação Atlética
Santa Maria, com sede e foro no Município
de Guarapuava.

Analisada a matéria em seu aspecto le-
gal, constitucional e regimental por esta
Comissão, entende que a mesma se encon-
tra de acordo com a Lei n. 6.994, de
10.01.78, que dita as normas para declara-
ção de Utilidade Pública estadual.

Assim sendo, nestas condições, é o
nosso PARECER FAVORÁVEL, opinando-se pela
sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.
508/90, de autoria do Deputado RUBENS BUE-
NO, que declara de Utilidade Pública a As-
sociação dos Moradores da Bacia do Rio do
Campo - RIOCAM, com sede e foro na cidade
de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da
COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 508/90

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Parlamentar Ru-
bens Bueno, o presente plano de lei visa
declarar de Utilidade Pública a Associação

dos Moradores da Bacia do Rio do Campo - RIOCAM, com sede e foro na cidade de Campo Mourão.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, regimental e constitucional por esta Comissão, entende que a mesma se encontra de acordo com a Lei n. 6.994, de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública estadual.

Assim sendo, nestas condições, opinamos FAVORAVELMENTE a aprovação do Projeto de Lei n. 508/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 520/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Cultural PERU-BRASIL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 520/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade Cultural PERU-BRASIL.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, não há óbice que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 528/90, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Psicodrama - SPP, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 528/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, visa declarar de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Psicodrama - SPP com sede e foro nesta Capital.

Sob o aspecto legal, regimental e constitucional, nada há que possa obstar a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 23.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

NILTON BARBOSA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 368/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Guarapuava, com sede e foro no município de Guarapuava. Encerrada a discussão. (Public. no DA. n. 77 de 26.06.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 470/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 164/90), que aprova um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 833.410.000,00 (oitocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e dez mil cruzeiros), para a Secretaria de Estado da Educação, visando dar continuidade às ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1º Grau do Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Encerrada a discussão. (Public. no DA. n. 103 de 03.09.90)).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 488/90, de autoria do deputado CAÍTO QUINTANA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Cenecista Marechal Arthur da Costa e Silva, ensino de 1º Grau, no Município de Japira. (Encerrada a discussão. (Public. no DA. n. 110 de 18.09.90)).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 494/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 173/90), que aprova Créditos Suplementares Próprios de Fundações, Autarquias, Órgãos de regime Especial e Empresas Públicas. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no DA. n. 117 de 09.10.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 498/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 169/90), que aprova os Créditos Suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 9.173 de 27.12.89, até o valor de Cr\$ 3.748.000.000,00 (três bilhões setecentos e quarenta e oito milhões de cruzeiros), destinados ao atendimento das programações prioritárias desenvolvidas pela Administração Pública do Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa solicita ao Senhor Relator para que proceda à leitura do seu Parecer, nos projetos que lhes foram dirigidos: Projeto n. 470/90, Projeto n. 494/90 e Projeto n. 498/90.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, atendendo a Vossa solicitação, para dar o Parecer aos Projetos ns. 470, 494 e 498/90, nós temos o seguinte parecer, independentemente de qualquer tipo de pressão, seja ela qual for, analisando e estudando com as comissões técnicas desta Casa. (Lê o parecer)....

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 470/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 164/90, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 833.410.000,00 para a Secretaria de Estado da Fundação, visando dar continuidade às ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1° Grau no Estado.

Ao proceder a sua análise legal, constitucional e regimental, verificamos que o projeto em tela atende ao disposto no art. 135, inciso V, da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 494/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 173/90, tem por finalidade aprovar os créditos suplementares aos vigentes Orçamentos Próprios de Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas.

Ao proceder a sua análise legal, constitucional e regimental verificamos que o projeto em tela atende ao disposto no art. 135, inciso V da Constituição Estadual.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator

PROJETO DE LEI N° 498/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 169/90, tem por finalidade aprovar os créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 9.173 de 27.12.89, até o valor de 3.748.000.000,00 destinados ao atendimento às programações prioritárias desenvolvidas pela administração Pública do Paraná.

Ao proceder a sua análise legal, constitucional e regimental verificamos que o projeto em tela atende ao disposto no art. 135, inciso V da Constituição Estadual.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

EDUARDO BAGGIO

Relator

Era esse nosso parecer Senhor Presidente, que nós pedimos, inclusive, o seu adiamento para um estudo mais aprofundado. A decisão, evidentemente, cabe aos senhores parlamentares da sua aprovação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os pareceres estão em discussão. Encerrada a discussão, serão anexados aos projetos e publicados amanhã na Ordem do Dia.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Apenas para reforçar a solicitação aos parlamentares de estarmos presentes na sessão de amanhã pelo procedimento regimental desta Casa em vista de estar encerrada a fase de discussões o projeto entra na fase de votação, portanto, com sua continuidade na Ordem do Dia. E se não foi possível quórum no dia de hoje, eu tenho certeza absoluta de que através do diálogo possamos ter com as lideranças partidárias de hoje até amanhã, nós possamos amanhã votar essas 3 suplementações para atender as necessidades administrativas do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Na forma regimental os projetos continuarão na Ordem do Dia de amanhã porque estão em fase de votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de apelar à bancada do PMDB, em especial o Deputado Mário Pereira candidato a Vice-Governador que também venha dar quórum na sessão de amanhã.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas quero registrar que existe número suficiente de Deputados na Casa para votar a matéria. Apenas, muitos Deputados se ausentaram do compromisso aqui.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu indago à Mesa se seria possível a Vossa Excelência colocar a Casa para votação na sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência vai decidir na sessão de amanhã.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2420, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 349/89.

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 142/89, 239, 458 e 518/90.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 367, 508, 520 e 528/90.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 368, 470, 488, 494 e 498/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 266, 339 e 365/90.

Levanta-se a sessão.